

EXPECTATIVAS E DIFICULDADES DOS PROFESSORES FRENTE AOS TEXTOS DOS ALUNOS SURDOS E A IMPORTÂNCIA DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS

Elaine Tótolli de Oliveira

Instituto Federal do Paraná / Campus Umuarama – elaine.totoli@ifpr.edu.br

Jaqueline Moritz

Instituto Federal do Paraná / Campus Umuarama – jaqueline.moritz@ifpr.edu.br

Emanuelle Tótolli de Oliveira Cezário

Universidade Paranaense/ UNIPAR – emanuelle.totoli@hotmail.com

Resumo: Partindo do pressuposto de que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a primeira língua das pessoas surdas no Brasil, e que nem todos os professores que atuam na educação inclusiva com esses estudantes recebeu formação específica na área, a presente pesquisa, de abordagem qualitativa, teve como objetivo apresentar os principais aspectos que devem ser considerados ao atuar frente ao estudante surdo, principalmente, ao avaliar sua produção escrita, além de mostrar quais as adequações nos aspectos didáticos metodológicos a serem utilizados, em relação à leitura e a escrita da língua portuguesa na condição de segunda língua dos surdos e a influência da língua de sinais nesse processo. Apresenta também, os principais problemas lexicais e sintáticos enfrentados por esses estudantes no momento da escrita e a importância da presença do tradutor intérprete de LIBRAS na mediação da comunicação no contexto de ensino/aprendizagem desse aluno, para que o mesmo possa em condição de igualdade, se apropriar dos conteúdos acadêmicos.

Palavras-chave: Língua Portuguesa – Libras - TILS

INTRODUÇÃO

Muitas têm sido as discussões acerca da inclusão escolar de alunos surdos. A presença da diversidade tem sido cada vez mais marcada nas escolas, tanto pela inclusão de estudantes surdos, como já foi mencionado, como de deficientes visuais, estudantes com dificuldades de aprendizagem, quanto de tantas outras demandas que fazem da escola um espaço heterogêneo.

Mesmo com a proposição de políticas educacionais visando a adoção de medidas específicas, percebe-se ainda que um dos principais problemas enfrentados é a falta de preparação dos docentes em relação às especificidades desse público, ou seja, a falta de conhecimento sobre a língua de sinais que, nesse caso, encontra-se na condição de segunda língua para os estudantes surdos, além de não compreender a importância do profissional tradutor intérprete de LIBRAS no processo de ensino aprendizagem.

Atualmente pode-se contar com uma legislação que garante o acesso e a permanência desses estudantes nas escolas, porém aumenta-se a necessidade de compromisso ético por parte dos educadores de apoiar e possibilitar a inclusão efetiva desses sujeitos, ou seja, de

buscar informações específicas de atuação a esse público e que impliquem na sua prática pedagógica.

Diante disso, o presente estudo tem o objetivo de mostrar os principais pontos a serem observados e considerados pelos professores ao atuar com estudantes surdos, principalmente, ao que diz respeito a sua produção escrita, além de mostrar quais as adaptações metodológicas a serem utilizadas, ao avaliar a leitura e a escrita da língua portuguesa na condição de segunda língua dos mesmos. Apresenta também, as principais dificuldades enfrentadas por esses estudantes no momento da escrita, a influência da língua de sinais e a importância da presença do tradutor intérprete de LIBRAS na mediação da comunicação no contexto de ensino/aprendizagem desse aluno, para que o mesmo possa em condição de igualdade, se apropriar dos conteúdos escolares.

METODOLOGIA

A investigação foi pautada em análises bibliográficas e documentais relacionadas à temática proposta.

Na primeira seção, que trata sobre as expectativas e dificuldades dos professores frente aos textos dos alunos surdos tivemos como referencial a Lei nº 10.436/02, Guarinello (2007), Valentini (2010), Góes (2002), Botelho (2005), Silva (2001).

Na seção que trata da importância do profissional em intérprete de Libras as discussões foram pautadas nos seguintes referenciais: Quadros (2004), Brasil (2002) e (2005), Leite (2005), Quadros (2004) e (2007), Guarinello (2007).

Expectativas e dificuldades dos professores frente aos textos dos alunos surdos

A língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a primeira língua das pessoas Surdas no Brasil, reconhecida oficialmente pela Lei nº 10.436/02, a mesma possui forte influência na modalidade escrita da língua portuguesa dos alunos surdos.

É necessário salientar que nem todos os professores que atuam na educação inclusiva receberam formação específica. Ao contrário, em sua maioria, foi-lhe atribuída uma formação voltada a um público heterogêneo, para falantes de uma língua oral, ou seja, da mesma língua falada pelo professor. Segundo Guarinello (2007), esses profissionais chegam à sala de aula do ensino regular e depara-se com um aluno “estrangeiro”, usuário de outra língua, uma língua sinalizada, e que não identifica a grafia da língua portuguesa como a caracterização escrita da sua língua natural. As escolas recebem esses

estudantes com muita preocupação, por julgarem-se despreparados para enfrentar tal desafio, principalmente, pela falta de metodologias específicas e por não existir uma língua compartilhada circulando em sala, o que dificulta muito o aprendizado do aluno surdo.

Valentini (2010) esclarece que, é comum os docentes terem a tendência de pensar na turma “homogeneizando” os indivíduos. Todavia, a realidade de uma sala de aula é muito diferente. A autora afirma que, mesmo assim, tornar-se possível ao docente realizar um trabalho de qualidade se adotar/criar estratégias didático-pedagógicas que diminuam as dificuldades de seus alunos. Além disso, percebe-se que tais medidas podem beneficiar estudantes que tiveram qualquer outro tipo de dificuldades de aprendizagem.

A autora acrescenta que independente da formação atribuída ao docente e das concepções que fundamentam sua prática pedagógica, são vários os aspectos que devem ser considerados ao atuar frente ao estudante surdo para que o mesmo possa em condição de igualdade, se apropriar dos conteúdos acadêmicos.

A presença do tradutor intérprete de LIBRAS, como já foi mencionada, será um recurso muito importante para mediar à comunicação entre todas as pessoas envolvidas no contexto de ensino/aprendizagem desse aluno; porém não é suficiente para incluí-lo totalmente. O docente deverá também, realizar adequações nos aspectos didáticos metodológicos e até mesmo, se necessário, uma adequação curricular.

Guarinello (2007) ressalta que, tem sido muito discutida a forma como foi adquirida a linguagem pelo sujeito surdo; como foi realizado o letramento nas séries iniciais; e que, infelizmente todos os problemas relacionados à leitura e escrita dos surdos tem sido ocasionados, realmente, pelo uso de metodologias ineficientes empregadas pela escola no momento da alfabetização, pois na realidade a educação dos surdos passou por diversos experimentos, o que ocasionou uma grande defasagem, principalmente, na aquisição da linguagem e da escrita da língua portuguesa.

Góes (2002) afirma que muitos são os detalhes a serem observados ao analisar um texto produzido pelo aluno surdo, pois se podem observar vários desvios das regras da língua portuguesa como, por exemplo, a omissão ou uso inadequado de preposições, terminação verbal que não corresponda à pessoa do verbo, inadequação na colocação de tempo e modo verbal, alternância incorreta de presente e passado, construções de frases na ordem SVO, terminação para tempo e pessoa do verbo colocado de forma incorreta, além da ambiguidade das informações devido ao modo que são inseridos nomes e pronomes, causando prejuízo para a interpretação do que se refere.

Valentini (2010) salienta que, o principal motivo pelo qual os estudantes surdos tem tanta dificuldade em dominar a língua portuguesa é o fato de que, o mesmo, pensa e se comunica em sua língua natural, a língua de sinais, na modalidade visual espacial. Todavia, deve ler e escrever por meio da língua portuguesa, língua essa que lhe é estrangeira e que opera em uma modalidade auditiva e fono-articulatória, essa diferença tem influenciado fortemente sua leitura e escrita.

Outro fator relevante é que, nas escolas de surdos os textos são de pouca complexidade, utilizando vocabulário muito simples. Diferente das escolas regulares, nas quais utilizam textos mais complexos e lhe é dado certo peso á compreensão do que é lido.

De acordo com os autores citados, percebe-se que, os principais problemas enfrentados por estudantes surdos na produção textual são lexicais e sintáticos. Devido ao fato da perspectiva de construção do sentido do texto estar associada à ideia do domínio de palavras. Os alunos surdos costumam parar nas palavras desconhecidas, como se o sentido fosse lexicalizado. Botelho acrescenta que: “... um montante lexical disponível não resolve os problemas de interpretação e produção textual, pois mesmo quando conhecem as palavras, não sabem o contexto.” (BOTELHO, 2005, p.62).

Aí se dá a importância da língua de sinais como uma língua de domínio pleno, que facilite para os surdos uma nova perspectiva em relação á língua escrita.

Sobre a avaliação, Silva (2001) afirma que, ao avaliar a produção textual de um aluno surdo, o professor deve ser flexível, cobrando do educando somente aquilo que lhe foi ofertado em consonância com seu desenvolvimento e realidade linguística. Tomando cuidado para não cobrar além do que lhe foi dado e se o professor avaliar a produção do aluno negativamente, poderá estar negando suas potencialidades.

O texto produzido por um aluno surdo envolve alternâncias e justaposições das línguas orais e línguas de sinais. Silva (2001) acrescenta que a língua de sinais é responsável por grande parte das características dos textos produzidos pelos alunos surdos. O professor deve considerar as mensagens implícitas nos textos, indiferente da sua estrutura gramatical, que as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores que trabalham a disciplina de língua portuguesa com alunos surdos é a de avaliar os textos produzidos por eles, de trabalhar construção de frases, gramática, significados abstratos e metáforas. Além da falta de capacitação para os profissionais, de cursos de língua de sinais, de metodologias e a práticas pedagógicas específicas para o ensino de língua portuguesa para surdos.

Percebe-se então que, a inclusão escolar de alunos surdos no ensino comum vai muito além de apenas inserir um tradutor/intérprete de LIBRAS em sala de aula, mas também depende de algumas mudanças nas práticas de ensino aprendizagem, com reflexão acerca da flexibilidade necessária para que os alunos surdos possam realmente adquirir a língua portuguesa na modalidade escrita.

Valentini (2010) apresenta os principais fatores a serem considerados ao avaliar a produção escrita do aluno surdo:

- Sua leitura será menos fluente e mais sujeita a erros de interpretação de texto;
- Desconhecimento de palavras de uso corriqueiro da língua portuguesa;
- Considerar a produção escrita, lembrando-se de que a mesma tende a ser construída com a influência da língua de sinais, o que resultará em falta de sequenciamento de palavras, substantivos que substituem verbos, simplificação, limitação do léxico, dificuldade no uso de preposições, advérbios e verbos.
- Considerar a expressão das ideias, conceitos e conteúdos aprendidos, sem tanta ênfase à correção do texto escrito, inclusive em provas e trabalhos.

A autora reitera que um dos maiores desafios que os docentes enfrentam é, definitivamente, avaliar de forma justa e adequada de acordo com suas especificidades linguísticas. Por esse motivo recomenda-se que seja usado, sempre que possível, os mesmos objetivos e conteúdos observados na avaliação dos alunos ouvintes, entretanto, quando necessário, adaptar técnicas, procedimentos e instrumentos diferenciados, considerando as especificidades sensoriais e linguísticas do estudante surdo. A autora sugere como uma dessas adaptações que o professor realize, quando houver necessidade, uma avaliação em língua de sinais (por meio da tradução do intérprete) como complementação da avaliação escrita. O mesmo poderá também flexibilizar o tempo de realização das avaliações, além de, flexibilizar a correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.

A importância do Profissional Intérprete de LIBRAS na inclusão do aluno surdo

Segundo Quadros (2004), ao considerar a realidade brasileira, atualmente é grande a demanda de alunos surdos matriculados no ensino regular, seria impossível atender às exigências legais que facilitam o acesso e a permanência do aluno na escola, observando-se suas especificidades, sem a presença de intérpretes de

língua de sinais. Assim, surge também a necessidade de investir na especialização do intérprete de língua de sinais da área da educação.

Devido ao aumento da demanda de indivíduos com necessidades educacionais especiais, os programas governamentais e legislativos têm determinado ações destinadas à inclusão destes no mercado de trabalho, nas escolas e em todos os espaços públicos (BRASIL, 2002). A partir da lei nº10.436 de 24 de abril de 2002, são garantidos, por parte do poder público e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais. A lei também determina que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde e o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal, devem garantir a inclusão nos cursos de formação de educação especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seu nível médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais.

Considerando que um dos principais problemas enfrentados pelos professores do ensino regular ao receber um aluno surdo, é a falta de comunicação, foi instituído em 22 de dezembro de 2005 o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) tornando obrigatório nas instituições federais de ensino, promovendo o acesso à comunicação, à informação e a educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Além de inserir a LIBRAS como disciplina curricular nos cursos de formação de professores nos níveis médio, superior e nos cursos de fonoaudiologia, tanto em instituições públicas como privadas. Esclarece também que o ensino da LIBRAS na formação de docentes deve ser realizado por pessoas com nível superior com licenciatura plena em Letras: LIBRAS, em Letras LIBRAS/Língua Portuguesa ou o exame de proficiência em LIBRAS emitido pelo Ministério da Educação, sendo que, em todos estes casos os surdos terão prioridade para ministrar essa disciplina. O documento garante ainda que todas as instituições públicas e privadas devam programar as medidas necessárias para que seja assegurado o atendimento educacional especializado aos alunos surdos, entre eles o profissional intérprete de língua de sinais.

Segundo Leite (2005), além de dominar as línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o tradutor intérprete de LIBRAS precisa ter qualificação específica para atuar como tal, devendo passar por bancas avaliadoras compostas por profissionais surdos e com certificação que seja convalidada pelas secretarias de educação (BRASIL, 2005). Sendo assim, deverá ter um bom domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de

tradução/ interpretação e principalmente ter formação na área da educação.

No contexto educacional, a professora, no tempo em que fala, deve manter uma intensidade de voz de maneira a alcançar todos os alunos ouvintes e, principalmente, o profissional tradutor intérprete. O intérprete, por sua vez, é reconhecido pela professora e alunos surdos como participante fundamental da comunicação durante a aula, personagem este que faz a tradução simultânea de tudo o que está sendo falado pela professora e demais aluno da sala (Lacerda, 2009), o intérprete deve procurar dar ênfase ao significado e não nas palavras, levar em conta a cultura e o contexto. A interpretação acontece em tempo real envolvendo processos mentais de curto e longo prazo.

Quadros (2007, p.78) acrescenta que:

“O processo pelo qual o intérprete submete-se é complexo e que o mesmo está diante de processamento de informação simultâneo. Sugerem-se propostas de modelos de processamento no ato da tradução e interpretação, sendo eles: cognitivo, interativo, interpretativo, comunicativo, sociolinguístico, o processo de interpretação e o bilíngue/bicultural.” (Quadros, 2007, p. 78).

De acordo com Guarinello (2007), é grande a responsabilidade do profissional tradutor/intérprete, pois é através da sua presença em sala de aula que será assegurado ao aluno surdo a condição de acesso aos conteúdos, uma vez que este profissional é o mediador dos discursos produzidos pelo professor, e até mesmo na interação com os demais colegas da sala. Segundo Leite (2005) algumas disciplinas utilizam-se de termos técnicos que não possuem sinais específicos em LIBRAS, sendo assim cabe ao profissional intérprete desenvolver estratégias para que o aluno surdo não perca a informação, da qual necessita, sobre o conteúdo.

Assim sendo, a atuação do profissional intérprete de LIBRAS é de grande importância nesse novo contexto de inclusão da pessoa surda em nossa sociedade. No entanto, essas novas perspectivas de inclusão para o surdo apontaram novas necessidades indo muito além de apenas difundir a língua brasileira de sinais e formar intérpretes.

Entretanto, muitos professores que recebem um aluno surdo e têm a presença de um intérprete na sala de aula acabam confundindo sua função, acreditando que o mesmo tem a responsabilidade de ensinar, sendo que na verdade sua função é apenas de ser o intermediário entre o professor e o aluno, ou seja, tornar compreensível para o aluno à mensagem do professor. Cabendo a função de ensinar, exclusivamente, ao professor.

Segundo Quadros (2004 p.27,28):

“... a profissão de intérprete de LIBRAS, agora oficializada por lei, fascina e instigam aqueles que querem seguir essa carreira, trazendo junto muitas inquietações, desafios e dificuldades próprias e específicas com perspectivas de buscar novos conhecimentos, melhores condições de formação e qualificação, reconhecimento e valorização e, acima de tudo, a realização e satisfação profissional comum em qualquer área de atuação profissional”.

No que tange ao exercício profissional o Tradutor/Intérprete de LIBRAS deve desenvolver seu trabalho respeitando o código de ética da profissão, e a observação do mesmo o fará desenvolver um trabalho de boa qualidade. Segundo Quadros (2004), esse código é constituído por padrões, sendo que o intérprete tem a responsabilidade e fidelidade de segui-lo.

Dentre os aspectos mais relevantes do código destacamos que o intérprete deverá ser honesto, de grande caráter moral, equilibrado emocionalmente e confiante para com a pessoa surda, pois a ele caberá guardar informações, as quais, após confiadas não poderá ser exposta e traída. Deverá manter sua postura durante todo o transcurso da interpretação, evitando expressar opiniões próprias, ao menos que seja solicitado. Cabe ao profissional, interpretar de forma fiel e habilidosa, de maneira que transmita características do palestrante, como seu pensamento, sua intenção e seu espírito, lembrando sempre quais são seus limites para não ir além de sua responsabilidade. Deve também reconhecer sua competência, porém não deixar de pedir ajuda a outros intérpretes ou profissionais da área quando assim for necessário, principalmente em palestras técnicas, deve ainda ser prudente, ao aceitar tarefas na qual lhe designar para que o faça.

Durante o exercício de sua função o intérprete deve se vestir adequadamente sem o uso de adereços que possam desviar a atenção, para si próprio, pois é necessário manter a dignidade de sua profissão. Quanto a sua remuneração, ela deve estar de acordo com a tabela de cada estado, aprovada pela FENEIS, sendo assim o intérprete deve ser remunerado por seus serviços prestados, mas também deve estar disposto a promover a interpretação em casos onde fundos não serão disponibilizados. Não é permitido que o profissional incentive, ou encoraje pessoas surdas para buscarem decisões legais ou outras a seu favor.

É fator primordial de sua profissão, considerar os diversos níveis da Língua Brasileira de Sinais, bem como da Língua Portuguesa. Havendo situações de casos legais, o intérprete deve informar a autoridade, qual o nível de comunicação da pessoa surda, transmitindo de forma clara o que está sendo traduzido e aquilo que o surdo está dizendo para a autoridade. É necessário que o profissional se esforce fazendo o possível para atender as necessidades particulares, de

modo a reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo.

Para o desenvolvimento de sua profissão e suas habilidades, recomenda-se que os profissionais busquem novos conhecimentos através do auxílio de outros profissionais da área, com o propósito de adquirirem e dividirem esses conhecimentos. O intérprete deve sempre manter a dignidade e a pureza da Linguagem de Sinais, estando pronto e aberto para receber novos sinais se assim lhe for necessário. Cabe-lhe ainda o papel de esclarecer ao público assuntos no que diz respeito a pessoa surda sempre que possível e necessário, reconhecendo que essa falta de informações e esclarecimentos é o que provoca equívoco e informações erradas sobre a área da surdez e sua comunicação.

Tendo em vista que nossa sociedade não é constituída apenas por pessoas ouvintes, o intérprete se torna uma peça fundamental para a união dessa sociedade, é ele o responsável por levar as palavras através dos sinais para as pessoas surdas, porém como pode se perceber é necessário que seja seguido regras nas quais levará o profissional a um trabalho de qualidade e respeito, cumprindo assim o seu papel com excelência.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos a produção textual dos alunos surdos e as dificuldades e expectativas dos profissionais de educação que atuam com os mesmos, ainda emerge a noção de que há muito a se avançar. A tentativa aqui foi a de ampliarmos as possibilidades de diálogo acerca do tema, que apesar de estar presente ao longo da história da humanidade ainda deve ser amplamente discutido. Entre as tentativas de se avançar destacamos o papel do Tradutor Intérprete de Libras, profissional preparado para ser o mediador entre o aluno surdo e a comunidade. A presença desse profissional torna-se imprescindível na formação educacional do sujeito surdo, sejam na escola ou nas demais esferas, intermediando e facilitando o acesso à inclusão e a vida em sociedade.

Sabe-se que a Língua Portuguesa é muito complexa, dessa forma, sendo ela a segunda língua do aluno surdo, exige-se do professor verificar e sempre que possível reformular suas práticas pedagógicas, buscando sempre novos métodos de ensino, na qual vá suprir todas as necessidades desse indivíduo, pois torna-se inevitável que o mesmo aprenda a língua portuguesa escrita para assim ampliar sua relação social, cultural e pessoal.

Pode-se concluir então, que ensinar a Língua Portuguesa para o aluno surdo, trata-se de um grande desafio, porém feito com capacidade e competência gera grandes resultados tanto para o favorecimento do aluno, como também

para a realização do professor e da escola, que após conseguir vencer ou ao menos sanar os problemas encontrados, podem sentir se realizados por terem cumprido o dever de incluir a todos em uma sociedade na qual também pertence aos que não podem escutar.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 de abr. 2002.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação de surdos – ideologia e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2005.

GÓES, Maria Cecília Rafael. **Linguagem, Surdez e educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O Papel do Outro na Escrita de Sujeitos surdos**. São Paulo: Soraia Bini Cury, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2007.

QUADROS, Ronice Muller. **O Tradutor e Intérprete de língua de Sinais e língua Portuguesa** / Secretaria de Educação; Programa Nacional de Apoio á educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

LEITE, Emeli Marques Costa. **Os papéis do intérprete de libras na sala de aula inclusiva**. Petrópolis: Arara azul, 2005.

SILVA, I. R. **Línguas em contato e em conflito: a trajetória do aluno surdo na escola**. In: Actas/Proceedings II Simpósio Internacional Bilingüismo, p. 1807-1813. /2001

VALENTINI, C. B. **Inclusão no Ensino Superior: especificidades da prática docente com estudantes surdos**. Caxias do Sul, RS : Educus, 2012.